

Passivos ambientais exigem ações coletivas

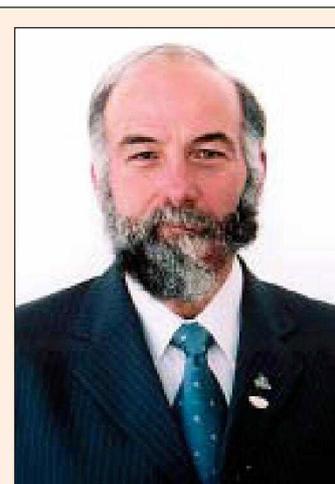
Recentemente, o setor de papel e celulose brasileiro viu, com surpresa e preocupação, o grave acidente ambiental com o rompimento de uma barragem que acumulava licor negro de passado mais longínquo de uma empresa de papel de Minas Gerais. Primeiro com surpresa, pois os ganhos ambientais que as grandes empresas do setor alcançaram nos últimos anos, fez com que elas, até certo ponto, se esquecessem de olhar o setor como um todo, onde ainda podem ser encontrados passivos ambientais. Segundo, com preocupação, pois de um dia para o outro, ficaram ameaçadas muitas das conquistas do setor com a imagem, a qualidade ambiental, o relacionamento e a confiança com a comunidade e com os órgãos de controle. Os prejuízos econômicos, ambientais e sociais do acidente mostraram a relevância da questão ambiental: não basta apenas resolver o hoje, é preciso solucionar o ontem e se preparar para o amanhã. E isso de forma não apenas individual, a minha empresa e nada mais, mas coletiva, a nível de setor como um todo. O setor é constituído de uma grande diversidade de empresas, como costuma acontecer com os mais diversos setores da indústria brasileira. Há inúmeras empresas atuando no estado-da-arte tecnológico, com grandes investimentos em proteção ambiental, mas há também empresas mais carentes, com dificuldades até para sua sobrevivência, portanto com conseqüentes repercussões nos aspectos ambientais.

Com certeza, o setor apresenta impacto ambiental, pois ele é grande consumidor de recursos naturais em suas atividades de processamento: florestas plantadas, água, solo, energia, combustíveis fósseis e não fósseis, gases, ar, minerais, etc. Por isso, toda nova instalação ou ampliação significativa depende de um EIA/RIMA, e, para operar, de

uma licença de operação emitida pelo órgão ambiental governamental.

Quando se fala em passivo ambiental, tende-se imediatamente a pensar em "terríveis coisas do passado", que ficam ameaçadoramente preocupando empresas e comunidades. Na verdade, nos conceitos de contabilidade ambiental, temos os chamados ativos ambientais (bens físicos ou recursos do ativo para tratamento da poluição ou para gerenciamento ambiental) e os passivos ambientais. Passivo ambiental significa toda agressão que se praticou ou que se pratica contra o meio ambiente e que gera a necessidade ou a obrigação de se investir um novo valor monetário para reabilitá-lo ou protegê-lo. Esse valor de investimentos potenciais exigidos entrariam e comporiam o passivo ambiental contábil, mais as possíveis obrigações com multas, indenizações, obrigações com ações civis públicas e processos judiciais ambientais, etc.

Quando as empresas estão atuando em conformidade com as exigências da legislação e do órgão controlador, elas possuem custos ambientais de tratamento de sua poluição. Isso na verdade não se caracteriza como um passivo, mas como custos operacionais de produção, da mesma forma como são tratados os custos com tratamento de água, com a limpeza dos equipamentos e instalações, com a energia elétrica, etc. Entretanto, algumas vezes as empresas são requisitadas a novas exigências legais ou então firmam termos de compromissos com a comunidade, com o órgão ambiental ou com o ministério público. Elas recebem novas demandas com prazos estabelecidos para, por exemplo: mudar a sequência de branqueamento, mudar a fonte de combustível, mudar o tratamento de efluentes para remover mais cor ou mais DQO, mudar o ponto de lançamento dos efluentes, etc., etc. A partir desse momento, os novos investimentos requeridos já podem ser tratados e visualizados



Celso Foelkel,
É vice-presidente da ABTCP e consultor da Grau Celsius/Celsius Degreee.
www.celso-foelkel.com.br
email: celso@abtcp.org.br

sob a ótica de passivos ambientais financeiros, até porque se as empresas não o implementarem, serão impedidas de continuar operando.

Além dos gastos para adequação às novas tecnologias ou para atendimento da legislação, algumas empresas carregam problemas antigos, de épocas passadas, onde as exigências e os cuidados com o meio ambiente eram distantes dos atuais. Alguns desses problemas, até mesmo desconhecidos pelos novos técnicos e dirigentes, podem ter sido resultado de complexos ou ingênuos atos de agressão ambiental, pois na época em que ocorreram, a tecnologia, o conhecimento, a legislação e a sensibilização ambiental eram outros. Muitos dos sítios contaminados ou "cemitérios de resíduos" de uma empresa podem ter sido herdados em aquisições de outras empresas, ou pelas fusões de organizações industriais, ou então recebidos como heranças de administrações passadas.

O lançamento inadequado de resíduos sólidos e o não atendimento dos limites ambientais quanto à contaminação do ar e das águas são as principais fontes de passivos ambientais. Enquanto as contaminações do ar, via poluição aérea; e da água, via poluição hídrica; são homeopáticas e se diluem ou na atmosfera ou nos rios, os depósitos de resíduos vão acumulando em enormes lixões os poluentes que se concentram e



se magnificam. É claro que a continuidade da homeopatia nos rios e no ar acaba criando também danos irreversíveis à fauna, flora e muitas vezes à saúde pública. Esses danos são também incluídos nos passivos ambientais, pois pode-se exigir a sua reparação. A solução dos passivos é em geral muito cara, pois às vezes implica em se retirar o resíduo de onde foi disposto para tratá-lo, incinerá-lo, compostá-lo, rearmazená-lo, etc. Outras vezes, significa recuperar um rio poluído, o que não é nada fácil.

A expressão monetária dos passivos ambientais inclui as necessidades de investimentos para adequação à legislação (em geral referidas como termos de ajustamento de conduta), ou para despoluição de sítios contaminados. Incluem-se ainda as ações judiciais com previsões de multas, indenizações e pagamentos por danos materiais, morais ou à saúde pública. Em alguns casos, os passivos podem ser tão significativos que a empresa não consegue gerar resultados com suas operações para solucioná-los. Outras vezes, a vertente social da empresa é tão importante que se toleram ou se postergam decisões de cunho ambiental em favor do social. Para eliminar os passivos ambientais, a empresa gasta recursos financeiros que vem de seu caixa, de sua geração de resultados ou do capital dos sócios. Trabalhar para eliminar passivos ambientais não gera lucro algum, só despesas. As empresas que lutam contra seus passivos precisam provisionar esses gastos em seus orçamentos e também relatá-los em seus balanços. Não há que se envergonhar por estar gastando recursos para solucionar os problemas de outras épocas. O importante é ser transparente e honesto com a comunidade. Isso reforça o compromisso de cidadania e responsabilidade corporativa da empresa. O que não é nada bom, é ser obrigado a fazer isso por pressões do órgão de controle ambiental. Alguns dirigentes, ao invés de agir proativamente na solução do problema, ficam a esbravejar para quem puder ouvir. Atualmente, essa postura já não faz mais eco, em oposição, causa contrariedades nos que a observam. A empresa não pode mais se omitir ou fingir

que nada tem a ver com o assunto. Poluir e gerar novos passivos ambientais é hoje um risco empresarial, ambiental, social e pode representar crime inafiançável para as pessoas jurídicas e físicas que agem solidariamente nesse tema. Como novas ferramentas de controle ambiental surgiram as ações civis públicas e as ações penais e administrativas. Indenizações pesadas podem até mesmo inviabilizar para sempre as operações de uma empresa. Nos balanços sociais e ambientais das empresas, é fundamental que elas declarem seus passivos e seus riscos potenciais. Já que estamos declarando responsabilidade social, é melhor então que se pratique a honestidade e a transparência. Afinal, tão importante quanto a conservação ambiental está a imagem da empresa e o valor de suas ações nas bolsas de valores. Nos processos de aquisições ou vendas de empresas, ou nos financiamentos bancários de longo prazo, os balanços claros e elucidativos dos passivos ambientais são essenciais.

A solução dos passivos pode ser lenta e trabalhosa. O que estamos fazendo hoje pode significar apagar problemas do passado, certamente com gastos inesperados e altos. Mas o que nos reservará o futuro? Quais serão as novas exigências? Será que a forma como dispomos nossos resíduos hoje será ecologicamente correta no futuro? A solução é nos anteciparmos. Ao invés de esperar para ver como será, melhor prevenir desde já, implementando programas de gestão ambiental e de prevenção de poluição. Devemos desde já evitar danos ambientais, buscar a eco-eficiência e o mínimo impacto ambiental. As empresas mais sábias buscam tecnologias limpas e mais eficientes, com menor geração de resíduos.

Há no momento algumas empresas do setor investindo fortemente em termos de programas de produção mais limpa, conseguindo importantes resultados através da motivação de todos em torno da causa ambiental. Significa então: empresas melhores, colaboradores e parceiros mais motivados, comunidades mais saudáveis e meio ambiente protegido. Nada mais do que os pilares do desenvolvimento sustentável. 

RIJEZA